

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.222 - RS (2019/0326486-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**RECORRENTE** : **WILSON VIEIRA**  
**ADVOGADOS** : **ANDRÉ AZAMBUJA DE VASCONCELLOS CHAVES - RS030642**  
**FABIANA CURIA JOHANSSON - RS062472**  
**RECORRIDO** : **COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**  
**ELÉTRICA - CEEE-D**  
**ADVOGADOS** : **RAFAEL CORREA DE BARROS BERTHOLD - RS062120**  
**RICARDO DE OLIVEIRA SILVA FILHO - RS064834**  
**JÚLIA BORDIN JOHNSON - RS086890**  
**LUIZY ANDRADE DARCY - RS111287**

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CADASTRO DE INADIMPLENTES. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL. IN RE IPSA.

1. A inscrição/manutenção indevida do nome do devedor em cadastro de inadimplente enseja o dano moral *in re ipsa*, ou seja, dano vinculado a própria existência do ato ilícito, cujos resultados são presumidos.
2. Recurso especial provido.

**DECISÃO**

1. Cuida-se de recurso especial interposto por WILSON VIEIRA, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, assim ementado:

AGRAVO INTERNO. APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DECLARATÓRIA CUMULADA COM INDENIZATÓRIA. ENERGIA ELÉTRICA. CEEE-D. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. IRREGULARIDADE NO MEDIDOR. PROVA UNILATERAL. AUSÊNCIA DE PERÍCIA TÉCNICA. FRAUDE NÃO COMPROVADA. INSCRIÇÃO EM CADASTROS DE INADIMPLENTES. AUSÊNCIA DE PROVA DO DANO. DANO MORAL NÃO CARACTERIZADO. INDENIZAÇÃO AFASTADA.

1. O serviço público de energia elétrica está abrangido pelo Código de

Defesa do Consumidor, que estabelece normas de ordem pública e interesse social, segundo disposto no artigo 1º da Lei nº 8.078/90, razão pela qual devem ser observadas as regras dispostas na legislação consumerista, de modo a evitar eventuais desequilíbrios entre as partes, especialmente em virtude da hipossuficiência do consumidor em relação ao fornecedor.

2. Nos termos do artigo 14, caput, do CDC, a concessionária prestadora do serviço público responde na forma objetiva pelo fato do serviço, observadas as determinações contidas no artigo 22 do mesmo diploma legal.

3. Mostra-se abusivo o ato de cobrança do débito de recuperação de consumo por inexistir prova suficiente capaz de endossar as alegações da parte ré acerca da alegada fraude ao medidor, uma vez que a prova apresentada foi produzida unilateralmente.

4. A concessionária deixou de produzir a prova necessária quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, ônus este que lhe competia, e do qual não se desincumbiu, nos termos do artigo 333 do CPC/1973, correspondente ao art. 373 do CPC/2015.

5. O direito à indenização por dano moral deve ser caracterizado quando há constrangimento ilegal ou abusivo, violando os direitos de personalidade do indivíduo.

6. Em que pese a inscrição indevida, os fatos relatados na peça inicial, desacompanhadas do prejuízo efetivo experimentado, não ultrapassam o mero dissabor, uma vez que restritos à esfera patrimonial.

RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. VOTOS VENCIDOS.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto nos arts. 14 do Código de Defesa do Consumidor e 186 e 927 do Código Civil.

Sustenta que o dano moral, no caso em tela, é decorrente do próprio ato antijurídico da inscrição indevida do nome da pessoa em cadastro de inadimplentes, sendo dispensável provar o dano moral.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 398-405.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 414-420).

É o relatório.

DECIDO.

2. Acerca da controvérsia, o voto vencedor proferido pelo Tribunal de origem foi no seguinte sentido:

Quanto ao pedido de afastamento da condenação ao pagamento de indenização à título de danos morais, adianto que prospera.

Vejamos.

Embora já tenha julgado em sentido diverso, entendendo pela sua

presunção nas hipóteses de inscrição indevida, estou revendo meu posicionamento para alinhar ao entendimento majoritário desta Câmara pela necessidade de comprovação dos prejuízos dela advindos.

Com efeito, o dano moral caracteriza-se quando há constrangimento ilegal ou abusivo, violando os direitos de personalidade do indivíduo, não podendo ser confundido com simples dissabor do cotidiano.

Sobre o assunto trago à liça o entendimento de Sílvio de Salvo Venosa, verbis:

(...)

Assim, em que pese a inscrição indevida, os fatos relatados na peça inicial, desacompanhados do prejuízo efetivo experimentado, não geram por si só reparação pecuniária, porquanto não ultrapassam o mero dissabor, uma vez que restritos à esfera patrimonial.

Nesse sentido é a jurisprudência desta colenda Câmara: (fls. 355-356 e-STJ)

Entendeu que a inscrição indevida em cadastro de inadimplentes não determina a configuração de dano moral, sendo necessário que a parte comprove os prejuízos eventualmente experimentados, ponto que não teria sido atendido nos autos.

O acórdão recorrido encontra-se, assim, em dissonância com o entendimento desta Corte, no sentido de que a inscrição/manutenção indevida do nome do devedor em cadastro de inadimplente enseja o dano moral *in re ipsa*, ou seja, dano vinculado a própria existência do ato ilícito, cujos resultados são presumidos.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

-----  
AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA POR DÍVIDA PRESCRITA. DANO MORAL. QUANTUM RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. JUROS MORATÓRIOS INCIDENTES A PARTIR DO EVENTO DANOSO. CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO ARBITRAMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO.

**1. Nos termos da jurisprudência do STJ, "nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral se configura *in re ipsa*, isto é, prescinde de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica" (REsp 1.059.663/MS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe de 17/12/2008).**

2. O valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) arbitrado a título de dano moral em razão de inscrição indevida em cadastro de inadimplentes por dívida prescrita não se mostra irrisório, tendo em vista as circunstâncias específicas do caso concreto.

3. Os juros moratórios, em se tratando de responsabilidade civil extracontratual, fluem da data do evento danoso, conforme estabelecido na Súmula 54/STJ.

4. A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento, consoante a Súmula 362/STJ.

5. Agravo interno não provido.

(AgRg no REsp 1125388/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA

TURMA, julgado em 03/05/2016, DJe 13/05/2016)

-----  
CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CADASTRO DE INADIMPLENTES. INSCRIÇÃO INDEVIDA. ATO ILÍCITO. DANO MORAL IN RE IPSA. REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO. RAZOABILIDADE NA FIXAÇÃO DO QUANTUM. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

**1. Consoante a jurisprudência desta Corte, "nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral se configura in re ipsa, isto é, prescinde de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica" (REsp n. 1.059.663/MS, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe 17/12/2008).**

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ.

3. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do referido óbice, para possibilitar a revisão. No caso, o valor estabelecido pelo Tribunal de origem não se mostra excessivo.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 821.839/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 26/04/2016, DJe 03/05/2016)

----- [original sem grifos]

Considerando que a sentença tinha sido no sentido de conceder a indenização por danos morais, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) - fls. 205-209 -, tendo sido reformada apenas nesse ponto, deve ser integralmente restabelecida, inclusive quanto à distribuição dos ônus sucumbenciais.

3. Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para restabelecer a sentença.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 21 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator